



QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO

Novembro de 2014

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
I - Da Denominação e Natureza		I - Da Denominação e Natureza	
Art. 1º	A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC, doravante designada Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, dotada de patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, constituída sob a forma de Fundação, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, em 31.10.77, para atender às seguintes finalidades primordiais:	Art. 1º A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC, doravante designada Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída, em 31.10.77, sob a forma de Fundação, para atender às seguintes finalidades primordiais:	■ Ajuste redacional, com a supressão de legislação já revogada.
	I instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, aos Participantes da Fundação e a seus respectivos dependentes;	I instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, aos Participantes da Fundação e a seus respectivos dependentes;	■ Mantida a redação atual
	II promover o bem-estar social dos seus destinatários.	II promover o bem-estar social dos seus destinatários.	■ Mantida a redação atual.
§ 1º	A Fundação terá sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, podendo manter representações regionais ou locais.	§ 1º A Fundação terá sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	■ Ajuste redacional para suprimir a previsão estatutária de criação de representações regionais ou locais.
§ 2º	As obrigações assumidas pela Fundação não são imputáveis, isolada ou solidariamente, aos seus membros, desde que em conformidade com a legislação vigente.	§ 2º As obrigações assumidas pela Fundação não são imputáveis, isolada ou solidariamente, aos seus membros, desde que em conformidade com a legislação vigente.	■ Mantida a redação atual (inciso V do art. 46 do Código Civil).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 3º	Nenhuma prestação previdencial poderá ser criada, majorada ou estendida na Fundação, sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (<i>caput</i> do art. 202 da Constituição Federal).
§ 4º	A Fundação poderá promover novas modalidades de pecúlio e outros programas previdenciais em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados e aprovação dos órgãos governamentais competentes.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 6º da Lei Complementar nº 109/01).
§ 5º	A Fundação poderá estabelecer acordos ou convênios com pessoas ou entidades de direito público ou privado.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (<i>caput</i> do art. 13 da Lei Complementar nº 109/01).
Art. 2º	A Fundação reger-se-á pelo presente Estatuto, bem como pelos regulamentos, instruções, políticas e planos de ação e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais e regulamentares.	Art. 2º A Fundação reger-se-á por este Estatuto, normas legais pertinentes às entidades fechadas de previdência complementar, Regulamentos de seus Planos de Benefícios, Convênios de Adesão e normas internas.	■ Ajuste redacional.
Art. 3º	A natureza da Fundação não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais.	Art. 3º A natureza da Fundação não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais.	■ Mantida a redação atual.
Art. 4º	O prazo de duração da Fundação é indeterminado.	Art. 4º O prazo de duração da Fundação é indeterminado.	■ Mantida a redação atual.
§ 1º	A Fundação não poderá solicitar concordata, nem estará sujeita à falência, mas tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, prevista na legislação vigente.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 47 da Lei Complementar nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 2º	Em caso de extinção da Fundação, será vedada a entrega às Patrocinadoras de qualquer parcela de seu patrimônio, devendo este ser distribuído de acordo com este Estatuto e as normas legais aplicáveis.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 47 e seguintes da Lei Complementar nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
II – Dos Membros da Fundação		II – Dos Membros da Fundação	
Art. 5º	São membros da Fundação:	Art. 5º	São membros da Fundação:
	I as Patrocinadoras, observado o disposto nos Convênios de Adesão que mantêm com a Fundação, bem como as pessoas jurídicas que venham a firmar Convênio de Adesão, em relação a planos de benefícios por esta administrados;	I as Patrocinadoras, observado o disposto nos Convênios de Adesão que mantêm com a Fundação, bem como as pessoas jurídicas que venham a firmar Convênio de Adesão, em relação a planos de benefícios por esta administrados;	■ Mantida a redação atual.
	II os Participantes, subdivididos em:	II as Instituidoras, observado o disposto nos Convênios de Adesão que mantêm com a Fundação, bem como as pessoas jurídicas que venham a firmar Convênio de Adesão, em relação a planos de benefícios por esta administrados;	■ Mantida a redação atual.
	a) Participantes ativos, assim considerados os empregados das Patrocinadoras e os ex-empregados mantenedores, inscritos na Fundação, nas condições estipuladas nos Regulamentos dos Planos de Benefícios;		■ Matéria será abordada nos incisos III e IV deste artigo e inserção da figura da Instituidora, (inciso II do artigo 31 da LC nº 109/01).
	b) Participantes assistidos, aqueles que estejam em gozo de benefício de prestação continuada.		
	III Dependentes, nas condições estipuladas nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.	III os Participantes, pessoas físicas que aderiram ou vierem a aderir a plano de benefícios administrado pela Fundação;	■ Matéria será abordada nos incisos V e inserção da distinção entre Participantes e Assistidos (art. 8º da Lei Complementar nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	IV os Assistidos, o Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada;	■ Criação de inciso para distinção entre Participantes e Assistidos (art. 8º da Lei Complementar nº 109/01).
	V os Beneficiários, pessoas inscritas pelos Participantes e Assistidos nesta qualidade, na forma determinada pelos respectivos planos de benefícios a que estiverem vinculados.	■ Criação de inciso e ajuste redacional para melhor definição da figura do Beneficiário (art. 8º da Lei Complementar nº 109/01).
Art. 6º A admissão de qualquer pessoa jurídica como Patrocinadora dependerá de prévia aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação e de aprovação do órgão ou órgãos de controle e fiscalização.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 13 da Lei Complementar nº 109/01).
Parágrafo único A condição da Fundação como Patrocinadora é presumida.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 13 da Lei Complementar nº 109/01 e § 3º do art. 61 do Decreto nº 4.942/03).
Art. 7º Dar-se-á a retirada de Patrocinadora da Fundação:	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
I que a requerer;	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
II que for liquidada;	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
III que descumprir qualquer das condições estabelecidas neste Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e/ou no Convênio de Adesão.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
§ 1º Nos casos previstos neste artigo, a Patrocinadora ou suas sucessoras ficarão obrigadas a prestar garantia à Fundação dos seguintes recolhimentos:	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
a) valores de reservas de poupança pagas a ex-empregados da Patrocinadora que dela se tenham funcionalmente desligado nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do cancelamento da inscrição da Patrocinadora, acrescidos aos referidos valores os correspondentes juros e taxas de manutenção atuarialmente previstos neste Estatuto para os investimentos patrimoniais da Fundação;	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
b) fundos atuarialmente determinados no regime de capitalização individual, necessários à cobertura dos benefícios assegurados por este Estatuto aos empregados da Patrocinadora, inscritos na Fundação em data anterior à do cancelamento da inscrição desta última, bem como aos ex-empregados da mesma Patrocinadora que dela se tenham funcionalmente desligado no curso dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao referido cancelamento e tenham mantido suas inscrições como Participantes da Fundação.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 2º	A Patrocinadora que solicitar sua retirada ficará exonerada das obrigações previstas no § 1º, se estas forem integralmente assumidas por alguma sucessora inscrita como Patrocinadora.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
§ 3º	A retirada de qualquer Patrocinadora deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo e somente se efetuará após a verificação e consequente aprovação da autoridade pública competente.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria objeto da Resolução MPS/CNPC nº 11, de 13.05.2013.
Art. 8º	As Patrocinadoras não responderão pelas obrigações da Fundação, ressalvado o disposto na legislação pertinente, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nos Convênios de Adesão.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (LC nº 108/01 e LC nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
III – Das Prestações		III – Das Prestações	
Art. 9º	Os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Fundação estabelecerão os direitos e as obrigações das Patrocinadoras, da Fundação, dos Participantes e dos Dependentes, no que diz respeito a benefícios e contribuições, observada a legislação pertinente e o disposto no artigo 202 da Constituição da República Federativa do Brasil.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (LC nº 108/01 e LC nº 109/01).
Art. 10	É defeso à Fundação instituir prestações assistenciais de natureza social.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 35 da LC nº 109/01).
Art. 11	Os Participantes e os Dependentes da Fundação terão seus direitos e obrigações adstritos ao Plano de Benefícios a que pertencem, observado o disposto neste Estatuto, nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios, nos Convênios de Adesão e na legislação vigente.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (LC nº 109/01).
Art. 12	A Fundação poderá a seu critério e dentro de suas possibilidades financeiras conceder a seus Participantes empréstimos e/ou financiamentos na forma a ser estabelecida em ato regulamentar próprio, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional e a legislação vigente.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (§ 1º do art. 9º da LC nº 109/01, Resolução CMN nº 3.792)

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
IV - Do Plano de Custeio		IV - Do Plano de Custeio	
Art.13	O Plano de Custeio da Fundação será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 13 da LC nº 108/01 e <i>caput</i> do art. 18 da LC nº 109/01). A aprovação do plano de custeio pelo Conselho Deliberativo está estabelecida em sua competência no inciso IV do art. 20 do Estatuto proposto.
Art. 14	A avaliação atuarial definirá o custeio de cada plano e respectivas contribuições, integrando os Regulamentos dos Planos de Benefícios.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (§ 2º do art. 18 da LC nº 109/01).
Art. 15	As despesas administrativas da Fundação para atendimento aos planos de benefícios serão custeadas pelas Patrocinadoras e pelos Participantes na forma disposta nos respectivos Regulamentos.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (<i>caput</i> do art. 7º da LC nº 108/01).
Parágrafo único	As despesas administrativas de que trata o <i>caput</i> deste artigo deverão observar os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (<i>caput</i> do art. 7º da LC nº 108/01).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
V – Do Patrimônio e do Exercício Social		III – Do Patrimônio e do Exercício Social	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o capítulo.
Art. 16	O patrimônio da Fundação é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outra entidade, sendo constituído por:	Art. 6º	O patrimônio dos planos de benefícios administrados pela Fundação será formado a partir:
	I contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras, nas condições estabelecidas nos Regulamentos dos Planos de Benefícios;	I contribuições das Patrocinadoras, Participantes e Assistidos nas condições estabelecidas nos Regulamentos dos Planos de Benefícios;	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional para vincular o patrimônio aos planos de benefícios e não à Entidade. ■ Ajuste redacional para inserir a figura do Assistido.
	II receitas e ganhos decorrentes da aplicação do Patrimônio;	II receitas e ganhos decorrentes da aplicação do Patrimônio;	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mantida a redação.
		III contribuições de Instituidores e Empregadores;	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inclusão da contribuições de Instituidores e Empregadores na forma do § 4º do art. 10 da Resolução CGPC nº 12/2002.
	III dotações, doações, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.	IV doações, legados, auxílios, subvenções e outras contribuições proporcionadas por quaisquer pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional.
		Parágrafo único O patrimônio de cada plano de benefícios é independente e não tem comunicabilidade com os demais.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inclusão para destacar a independência patrimonial entre os planos de benefícios administrados pela Entidade (art. 3º da Resolução CGPC nº 14/2004).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Art. 17	A Fundação aplicará seu patrimônio de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, observado as disposições legais aplicáveis.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por trata-se de matéria legal (Art. 13 da LC nº 108/01, § 1º do art. 9º da LC nº 109/01). A gestão de investimentos e o plano de aplicação de recursos está inserida na competência do Conselho Deliberativo (inciso III do art. 20 do Estatuto proposto).
Art. 18	O exercício social terá duração de 1 (um) ano e coincidirá com o ano civil.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 22 da LC nº 109/01).
Parágrafo único	As demonstrações financeiras, atuariais, os balancetes e o balanço patrimonial dos planos previdenciários da Fundação serão elaborados em conformidade com o disposto na legislação pertinente.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 23 da LC nº 109/01).
Art. 19	Serão nulos de pleno direito os atos que violarem os preceitos deste Capítulo, sujeitando os seus autores às sanções estabelecidas em lei.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (LC nº 108/01 e LC nº 109/01).
Art. 20	A Diretoria Executiva divulgará aos Participantes demonstrativos da situação econômica e financeira da Fundação na forma que dispuser a legislação.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 24 da LC nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
VI – DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	IV – Dos Órgãos Estatutários	■ Renumerado o capítulo.
SEÇÃO I – DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	SEÇÃO I – Da Administração e Fiscalização	
Art. 21 São responsáveis pela administração e fiscalização da Fundação:	Art. 7º Os órgãos estatutários da Fundação são os seguintes:	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
I O Conselho Deliberativo;	I Conselho Deliberativo;	■ Ajuste redacional.
II A Diretoria Executiva;	II Diretoria Executiva;	■ Ajuste redacional.
III O Conselho Fiscal.	III Conselho Fiscal.	■ Ajuste redacional.
	Parágrafo único Os órgãos estatutários da Fundação adotarão regimento interno com base nos princípios e regras contidos neste Estatuto, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, o qual disporá, entre outros assuntos, sobre o detalhamento das respectivas atribuições, a disciplina das reuniões e o andamento de seus trabalhos.	■ Inclusão da previsão dos Regimentos Internos a serem aprovados pelo Conselho Deliberativo.
§ 1º Os membros dos órgãos estatutários da Fundação serão, em parte, indicados pelas Patrocinadoras e, em parte, eleitos pelos Participantes ativos e assistidos, observadas as disposições deste Estatuto.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 8º do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 2º	Aos Participantes caberá realizar a escolha dos seus representantes através de eleição direta, para a qual os candidatos concorrerão em chapas devidamente registradas com a nominata dos postulantes e os cargos aos quais concorrem, admitindo-se o voto somente na chapa e não podendo os candidatos figurar em mais de uma chapa. Na indicação dos seus representantes as Patrocinadoras deverão observar o disposto no art. 23, in fine, tendo por base a última eleição realizada, bem como as demais disposições estatutárias acerca dos requisitos e impedimentos previstos neste estatuto.	REVOGADO	■ Matéria será abordada nos artigos 10 e 11 do Estatuto proposto.
§ 3º	Dentre os nomes que apresentarem, Patrocinadoras e Participantes deverão fazer constar os de no mínimo dois Participantes assistidos, sendo de no máximo dois para a Diretoria Executiva, devendo ainda indicar os respectivos suplentes quando for o caso.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 11 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 4º Os membros dos órgãos estatutários exercerão seus cargos pelo período de 4 (quatro) anos. Os Conselhos Deliberativo e Fiscal deverão renovar a cada dois anos o mandato da metade de seus membros, alternando-se num biênio a renovação do mandato dos representantes dos participantes e noutro o dos representantes das patrocinadoras, sendo permitida uma recondução para os integrantes do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva e vedada a recondução dos membros do Conselho Fiscal. O mandato dos membros da Diretoria coincidirá com o mandato dos representantes dos participantes nos Conselhos.</p>	REVOGADO	<p>■ Matéria será abordada no art. 9º do Estatuto proposto.</p>
<p>§ 5º Os membros dos órgãos estatutários tomarão posse mediante termo lavrado no livro próprio de atas e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse dos que haverão de substituí-los, prevista para até 15 (quinze) dias após a proclamação do resultado da eleição direta.</p>	REVOGADO	<p>■ Matéria será abordada no parágrafo único do art. 9º do Estatuto proposto.</p>
<p>§ 6º Caso, durante o exercício do cargo, venha a faltar aos membros dos órgãos estatutários um dos requisitos necessários à sua investidura, segundo o previsto neste estatuto, ocorrerá a perda automática do cargo.</p>	REVOGADO	<p>■ Matéria será abordada no art. 15 do Estatuto proposto.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 7º Na ocorrência de falta grave, assim considerada em face do que estabelecem a legislação da previdência complementar e sua regulamentação, apurada em processo administrativo disciplinar, instaurado e conduzido pelo Conselho Deliberativo, os membros dos órgãos estatutários poderão ser destituídos por decisão deste.</p>	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 16 do Estatuto proposto.
<p>§ 8º Na instauração, pelo Conselho Deliberativo, de processo administrativo disciplinar para apuração de irregularidades na hipótese do parágrafo anterior, este decidirá sobre a conveniência do afastamento do indiciado até a conclusão dos trabalhos, que deverão ser encerrados no prazo máximo de 30 (trinta dias), admitida uma prorrogação por igual período, sem que decorra desta circunstância prorrogação ou permanência no cargo além da data do término do mandato.</p>	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 16 do Estatuto proposto.
<p>§ 9º O representante das Patrocinadoras na Diretoria Executiva poderá ser por elas destituído a qualquer tempo sem que lhe assista direito a indenizações ou compensações.</p>	REVOGADO	■ Matéria será abordada no parágrafo único do art. 10 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 10º Na hipótese de se vagar um cargo efetivo e o do respectivo suplente dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, ou de membro da Diretoria Executiva, quando indicados pelas Patrocinadoras, caberá a estas indicar o nome de quem haverá de substituí-los no prazo de 10 (dez) dias úteis após a cientificação da ocorrência, observado o disposto no art. 23, <i>in fine</i>. Tratando-se de eleitos pelos Participantes para quaisquer destes órgãos, reunião conjunta dos membros titulares em exercício do conjunto de órgãos estatutários que também tenham sido eleitos pelos Participantes escolherá no mesmo prazo os substitutos, que completarão os mandatos dos substituídos. Em ambos os casos observar-se-á o disposto no art. 23, <i>in fine</i>, bem como os demais requisitos e impedimentos previstos neste estatuto.</p>	<p>REVOGADO</p>	<p>■ Matéria será abordada no art. 12 do Estatuto proposto.</p>
	<p>Art. 8º Os membros dos órgãos estatutários da Fundação serão, em parte, indicados pelas Patrocinadoras e, em parte, eleitos pelos Participantes e Assistidos.</p>	<p>■ Ajuste redacional do disposto nos § 1º do art. 21 do Estatuto vigente.</p>
	<p>§ 1º Ao membro do Conselho Deliberativo será permitida uma recondução a esse órgão.</p>	<p>■ Ajuste redacional do disposto nos § 4º do art. 21 do Estatuto vigente.</p>
	<p>§ 2º Ao membro da Diretoria Executiva será permitida uma recondução a esse órgão.</p>	<p>■ Ajuste redacional do disposto nos § 4º do art. 21 do Estatuto vigente.</p>
	<p>Art. 9º Haverá alternância bianual entre os membros dos órgãos estatutários, representantes das Patrocinadoras e Participantes e Assistidos, observado o seguinte:</p>	<p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 4º do art. 21 do Estatuto vigente.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	I os membros representantes das Patrocinadoras exercerão seus mandatos por um período de 04 (quatro) anos contados da data da posse;	■ Ajuste redacional ao disposto no § 4º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição do início e término dos mandatos.
	II os membros representantes dos Participantes e Assistidos exercerão seus mandatos por um período de 04 (quatro) anos contados da data da posse.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 4º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição do início e término dos mandatos.
	Parágrafo único Os membros dos órgãos estatutários tomarão posse mediante termo lavrado no livro próprio de atas e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse dos que haverão de substituí-los.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 21 do Estatuto vigente.
	Art. 10 Os membros dos órgãos estatutários representantes das Patrocinadoras serão por estas designados.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 2º do art. 21 do Estatuto vigente.
	Parágrafo único O integrante da Diretoria Executiva indicado pelas Patrocinadoras poderá ser por esta destituído a qualquer tempo.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 9º do art. 21 do Estatuto vigente.
	Art. 11 Os membros dos órgãos estatutários representantes dos Participantes e Assistidos serão eleitos por meio de voto direto, universal e secreto pelos integrantes desse segmento.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 3º do art. 21 do Estatuto vigente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>§ 1.º Quando houver mais de um Beneficiário na condição de Assistido, o direito de votar e ser votado será exercido pelo mais idoso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inclusão de previsão de critério para voto de mais de um beneficiário dividindo pensão por morte.
	<p>§ 2.º As eleições previstas neste artigo serão regidas por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo, que deverá conter os requisitos mínimos a serem preenchidos pelos candidatos, de acordo com o que rege a legislação específica para as entidades de previdência complementar, além das regras para composição das chapas e demais disposições relativas ao processo eleitoral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional ao disposto no art. 23 do Estatuto vigente.
	<p>§ 3.º O Conselho Deliberativo é a instância final para dirimir quaisquer questões relativas às eleições de que trata este artigo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional ao disposto no art. 23 do Estatuto vigente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Art. 12 Nas ausências ou impedimentos temporários de integrante dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, este será substituído pelo seu respectivo suplente, conforme definição no momento da indicação ou eleição.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
	§ 1º Estando impedido ou impossibilitado de comparecer o respectivo suplente, ou no caso de sua inexistência, a substituição será feita na seguinte ordem, sempre respeitando a origem de representação:	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
	I pelo outro suplente indicado ou eleito para o mesmo mandato; ou	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
	II pelos outros suplentes, com preferência para o mais idoso.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
	§ 2º Não existindo suplentes em condições de suprir vaga de membro titular proceder-se-á da seguinte forma:	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
	I se a vaga for da representação de Patrocinadoras, o Presidente do Conselho Deliberativo consultará as Patrocinadoras para suprir a vaga de titular e todas as suplências, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>II se a vaga for da representação dos Participantes e Assistidos, proceder-se-á da seguinte forma:</p> <p>a) caso a vacância ocorra até 18 (dezoito) meses antes do término do mandato, o Conselho Deliberativo promoverá eleição para suprir a vaga de titular e todas as suplências, entre 45 (quarenta e cinco) e 60 (sessenta) dias;</p> <p>b) caso a vacância ocorra nos últimos 18 (dezoito) meses do mandato, a substituição será feita pelos outros suplentes de mandato não coincidente, com preferência para o mais idoso.</p>	<p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.</p>
§ 3º	Em qualquer das situações previstas neste artigo, o novo integrante dos Conselhos Deliberativo e Fiscal completará o mandato do seu antecessor, retornando à sua condição de suplente, se for o caso, e respeitada a data de término do seu mandato original.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 21 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição do membro titular por seu suplente.
Art. 13	Os membros da Diretoria Executiva, nas suas ausências ou impedimentos temporários, serão representados por seu par.	■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>§ 1º Nos casos de perda do mandato, a substituição do integrante ocorrerá da seguinte forma:</p> <p>I o Diretor indicados pelas Patrocinadoras será substituído mediante nova indicação homologada pelo Conselho Deliberativo;</p> <p>II o Diretor eleito pelos Participantes e Assistidos será substituído da seguinte forma:</p> <p>a) caso a vacância ocorra até 18 (dezoito) meses antes do término do mandato, o Conselho Deliberativo promoverá eleição para suprir a vaga, entre 45 (quarenta e cinco) e 60 (sessenta) dias; e</p> <p>b) caso a vacância ocorra nos últimos 18 (dezoito) meses do mandato, o Conselho Deliberativo nomeará o substituto.</p>	<p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p> <p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p>
	<p>§ 2º Em qualquer das situações previstas neste artigo, o novo membro da Diretoria Executiva, uma vez empossado, completará o mandato do seu antecessor.</p>	<p>■ Ajuste redacional ao disposto no § 5º do art. 32 do Estatuto vigente. Melhor definição da substituição de Diretor em caso de perda do mandato.</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
Art. 22	São requisitos essenciais para os candidatos aos órgãos a que se refere o artigo anterior:	Art. 14	São requisitos para o exercício de mandato como membro dos órgãos estatutários da Fundação:	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
I	que não tenham sofrido condenação criminal transitada em julgado;	I	que não tenham sofrido condenação criminal transitada em julgado;	■ Mantida a redação atual.
II	que não tenham sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;	II	que não tenham sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;	■ Mantida a redação atual.
III	comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;	III	comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;	■ Mantida a redação atual.
IV	estarem no gozo de seus direitos estatutários e regulamentares, com maioridade civil, contando com pelo menos 5 (cinco) anos, ininterruptos ou alternados, de efetivo exercício em Patrocinadora, e que tenham 18 (dezoito) anos completos no dia da eleição ou da indicação.	IV	ser Participante ou Assistido, inscrito na Fundação há pelo menos 05 (cinco) anos;	■ Ajuste redacional, remetendo o requisito da idade ao inciso V.
V	não estar com prestação de contas, relativo ao exercício anterior, como ex-membro da Diretoria Executiva, pendente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.	V	não estar com prestação de contas, relativo ao exercício anterior, como ex-membro da Diretoria Executiva, pendente de aprovação pelo Conselho Deliberativo;	■ Mantida a redação atual.
		VI	contar com, no mínimo, 21 (vinte e um) anos de idade;	■ Majoração da idade mínima prevista no inciso IV.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	VII formação de nível superior para os integrantes da Diretoria Executiva.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inserir como requisito a formação de nível superior para todos os integrantes da Diretoria Executiva prevista no § 1º do art. 22 do Estatuto vigente.
§ 1º	<p>Aos integrantes da Diretoria Executiva será, ainda, exigida a formação de nível superior.</p> <p>REVOGADO</p> <p>§ 1º Não poderão integrar os órgãos estatutários da Fundação, ao mesmo tempo, Participantes ou Assistidos que guardem, entre si, relação conjugal ou decorrente de união estável, de parentesco consanguíneo ou afim até o 2º (segundo grau), inclusive.</p> <p>§ 2º Não poderão exercer mandato no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, os Participantes e Assistidos que estejam em efetivo exercício na própria Fundação.</p> <p>REVOGADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Previsão inserida no inciso VI do art. 14 do Estatuto. ■ Inclusão de impedimento de participação simultânea de integrantes dos órgãos estatutários com vínculo conjugal e consanguíneo até o 2º grau. ■ Inclusão de impedimento de colaboradores da Fundação integrarem os órgãos estatutários.
§ 2º	<p>Os membros dos órgãos estatutários, investidos na qualidade de Participantes ativos, que no curso do mandato passarem à categoria de Participantes assistidos, em virtude de aposentadoria, poderão permanecer no exercício do cargo até o término do mandato, findo o qual não poderão ser reconduzidos, salvo na condição de Participante assistido. Os que, por qualquer motivo, perderem o vínculo com a Fundação, perderão automaticamente o seu mandato.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão em virtude de a proposta não contemplar limite máximo de membros dos órgãos estatutários na condição de assistidos. A matéria afeta à perda de vínculo será tratada no inciso V do artigo 15 do Estatuto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 3º Os membros dos órgãos estatutários não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Fundação, em virtude de ato regular de gestão, respondendo, porém, civil e penalmente por violação da legislação, deste Estatuto, dos Regulamentos dos Planos de Benefícios ou de outros atos normativos.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (<i>caput</i> do art. 63 da LC nº 109/01).
§ 4º É vedado à Fundação realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 71 da LC nº 109/01).
a) com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros(as), e com seus parentes até o segundo grau;	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 71 da LC nº 109/01).
b) com empresa de que participem as pessoas a que se refere a alínea anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 71 da LC nº 109/01).
c) tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas, na forma definida pelo órgão regulador.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 71 da LC nº 109/01).

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 5º A vedação do parágrafo anterior não se aplica à Patrocinadora e aos Participantes que, nessa condição, realizarem operações com a Fundação.</p>	REVOGADO	<p>■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (parágrafo único do art. 71 da LC nº 109/01).</p>
<p>§ 6º Os membros da Diretoria Executiva que se encontrarem na condição de Participantes ativos serão cedidos em tempo integral à Fundação pelas Patrocinadoras com a qual mantêm relação de emprego e dela continuarão a receber a remuneração correspondente ao seu contrato de trabalho, incluídos direitos e vantagens, juntamente com os encargos devidos, cabendo à Fundação ressarcir as Patrocinadoras da totalidade destes custos;</p>	REVOGADO	<p>■ Exclusão em face de que a remuneração e benefícios serão estipulados pelo Conselho Deliberativo e a cessão implicará na suspensão do contrato de trabalho. O ressarcimento dos custos decorrentes da cessão de pessoal já está previsto no parágrafo único do art. 7º da LC nº 108/01.</p>
<p>§ 7º Os membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal receberão remuneração mensal que não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) da dos membros da Diretoria Executiva, a ser fixada pelo Conselho Deliberativo.</p>	<p>§ 3º Os membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal receberão remuneração mensal que não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) da dos membros da Diretoria Executiva, a ser fixada pelo Conselho Deliberativo.</p>	<p>■ Renumerado o parágrafo e mantida a redação atual.</p>
<p>§ 8º Os membros dos órgãos estatutários, no exercício efetivo dos seus mandatos, não poderão ser demitidos das Patrocinadoras com as quais mantenham vínculo empregatício, salvo por "justa causa".</p>	<p>§ 4º Os membros dos órgãos estatutários, no exercício efetivo dos seus mandatos, não poderão ser demitidos das Patrocinadoras com as quais mantenham vínculo empregatício, salvo por "justa causa".</p>	<p>■ Renumerado o parágrafo e mantida a redação atual.</p>
<p>§ 9º Os membros dos órgãos estatutários responderão solidariamente com a Fundação pelos prejuízos para os quais tenham concorrido, causados a terceiros em consequência do descumprimento das leis, regulamentos, normas e instruções a que estiver sujeita a Fundação.</p>	REVOGADO	<p>■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (<i>caput</i> do art. 63 da LC nº 109/01).</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 10º	O membro do Conselho Deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar por ato praticado perante a Fundação.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 15 do Estatuto proposto.
§ 11º	A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidade no âmbito de atuação do Conselho Deliberativo, poderá determinar o afastamento do conselheiro até a sua conclusão.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no § 1º do art. 16 do Estatuto proposto.
§ 12º	O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no § 2º do art. 16 do Estatuto proposto.
Art. 23	A eleição direta dos representantes dos Participantes realizar-se-á sempre na primeira quinzena de maio, dispondo as patrocinadoras de 15 (quinze) dias depois de proclamado o resultado para indicar, dentre os Participantes que não concorreram à eleição, o nome de seu representante na Diretoria Executiva.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 11 do Estatuto proposto.
§ 1º	As normas gerais para as eleições serão baixadas pelo Conselho Deliberativo, a partir de proposta da Diretoria Executiva.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 11 do Estatuto proposto.
§ 2º	A condução do processo eleitoral ficará a cargo de uma comissão integrada por um representante de cada Patrocinadora, cabendo ao representante da Fundação, indicado pelo Conselho Deliberativo, a presidência dos trabalhos.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 11 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 3º A ausência de indicação de representante por qualquer uma das Patrocinadoras no prazo previsto nas normas do processo eleitoral autorizará a Fundação a indicar os demais membros da comissão, de modo que esta seja integrada por no mínimo seis membros.</p>	<p>REVOGADO</p>	<p>■ Matéria será abordada no art. 11 do Estatuto proposto.</p>
	<p>Art. 15. Os membros dos órgãos estatutários somente perderão o mandato em virtude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> I renúncia; II condenação criminal transitada em julgado; III penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar; IV condenação em processo administrativo disciplinar que determine a perda do mandato; V perda da condição prevista no inciso IV do art. 14, equivalendo tal fato à renúncia do mandato; VI morte, invalidez permanente ou incapacidade para a prática dos atos da vida civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 22 do Estatuto vigente. ■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 22 do Estatuto vigente. ■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 22 do Estatuto vigente. ■ Ajuste redacional ao disposto no § 10º do art. 22 do Estatuto vigente. ■ Ajuste redacional ao disposto no § 2º do art. 22 do Estatuto vigente. ■ Inclusão da hipótese de perda do mandato em face de morte ou invalidez permanente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>§ 1º Perderá, ainda, o mandato o membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal que der causa ao descumprimento das condições previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 14, sendo que, na hipótese do § 2º, perderão o mandato todos os membros envolvidos se, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência do fato, nenhum deles renunciar ao mandato de modo a evitar o impedimento ali previsto.</p>	<p>■ Disciplina a perda do mandato nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 14.</p>
	<p>§ 2º A ausência injustificada a duas reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, em um período de doze meses consecutivos, acarretará a instauração de processo administrativo disciplinar para a cassação do mandato.</p>	<p>■ Disciplina a abertura de processo administrativo em caso de faltas injustificadas. Ajuste redacional ao § 2º do art. 39 do Estatuto vigente.</p>
	<p>Art. 16 O processo administrativo disciplinar previsto neste Estatuto destina-se à apuração de irregularidade no âmbito de atuação dos órgãos estatutários e sua instauração, instrução e julgamento seguirá a forma estabelecida no Código de Conduta e Ética da Fundação.</p>	<p>■ Estabelece a realização do processo administrativo conforme determina o § 4º do art. 12 da LC nº 108/01.</p>
	<p>§ 1º A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidade no âmbito de atuação na qualidade de membro dos órgãos estatutários, poderá determinar o afastamento do Conselheiro ou diretor até a sua conclusão.</p>	<p>■ Reproduz o disposto nos § 11º do art. 22 do Estatuto vigente e estende o afastamento a todos os integrantes dos órgãos estatutários.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>§ 2º O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.</p>	<p>■ Reproduz o disposto nos § 12º do art. 22 do Estatuto vigente.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
SEÇÃO II – Do Conselho Deliberativo	SEÇÃO II – Do Conselho Deliberativo	
Art. 24 O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da Fundação, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e políticas de previdência e assistência, e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração.	Art. 17 O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional da Fundação, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional (art. 10 da LC nº 108/01).
Art. 25 O Conselho Deliberativo será integrado por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, dos quais 3 (três) titulares e suplentes serão indicados pelas Patrocinadoras e outros tantos eleitos pelos Participantes ativos e assistidos.	Art. 18 A composição do Conselho Deliberativo, integrado por 06 (seis) membros, será paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos e das Patrocinadoras.	■ Renumerado o artigo e promovido ajuste redacional.
	§1º Os representantes das Patrocinadoras e respectivos suplentes serão assim indicados:	■ Definição aprimorada do critério de indicação de membros pelas empresas Patrocinadoras.
	I o primeiro representante será indicado pela Patrocinadora que detiver o maior patrimônio relativo, calculado pela relação entre o patrimônio dos planos de benefícios da Patrocinadora e a soma dos patrimônios dos planos de benefícios de todas as Patrocinadoras, apurado no último dia do trimestre civil anterior à data de vencimento do mandato do Conselheiro a ser substituído;	■ Definição aprimorada do critério de indicação de membros pelas empresas Patrocinadoras.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>II o segundo representante, independentemente da indicação prevista no inciso I deste parágrafo, será indicado pela Patrocinadora que detiver o maior número relativo de Participantes e Assistidos, calculado pela relação entre o número de Participantes e Assistidos dos planos de benefícios da Patrocinadora e a soma dos Participantes e Assistidos dos planos de benefícios de todas as Patrocinadoras, apurado no último dia do trimestre civil anterior à data do vencimento do mandato do Conselheiro a ser substituído;</p>	<p>■ Definição aprimorada do critério de indicação de membros pelas empresas patrocinadoras.</p>
	<p>III o terceiro representante será indicado pela Patrocinadora que primeiro detiver um patrimônio relativo imediatamente inferior ao da Patrocinadora que atender ao inciso I, consultadas as demais Patrocinadoras.</p>	<p>■ Definição aprimorada do critério de indicação de membros pelas empresas patrocinadoras.</p>
<p>Parágrafo único Quando da indicação dos 3 (três) Conselheiros titulares, as Patrocinadoras também indicarão, dentre estes, o Presidente do Conselho e aquele a quem caberá substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos.</p>	<p>§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo, bem como aquele a quem caberá substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos, será o representante da Patrocinadora indicado com base no critério estabelecido no inciso I do §1º deste artigo.</p>	<p>■ Ajuste redacional .</p>
<p>Art. 26 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.</p>	<p>Art. 19 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.</p>	<p>■ Renumerado o artigo. Mantida a redação atual.</p>

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria de votos, fixado em 04 (quatro) o quorum mínimo de conselheiros para a realização das reuniões.	§ 1º O quórum mínimo para as reuniões do Conselho Deliberativo será de 05 (cinco) membros. Não atingido o quórum, será realizada, imediatamente, pelo Presidente do Conselho a segunda convocação para a realização da reunião no primeiro dia útil que se seguir à data marcada, observado o quórum de 04 (quatro) membros.	■ Ajuste redacional e definição de procedimento para a hipótese de inexistência de quórum mínimo.
§ 2º A convocação do suplente será feita pelo Presidente, no caso de impedimento ocasional ou temporário do membro efetivo, e pelo restante do prazo do mandato, no caso de vacância.	REVOGADO	■ Matéria prevista no art. 12 do Estatuto proposto.
	§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo poderá ampliar o prazo previsto no parágrafo anterior, desde que entre a data da reunião em primeira convocação e a data da reunião em última convocação não haja um interstício maior que 10 (dez) dias.	■ Definição de procedimento para a hipótese de inexistência de quórum mínimo.
§ 3º O Presidente do Conselho Deliberativo terá, além do voto pessoal, o de desempate.	§ 3º As decisões do Conselho Deliberativo exigem maioria simples de votos; cabendo ao Presidente do Conselho, além do seu, o voto de qualidade em caso de empate.	■ Ajuste redacional.
§ 4º Os membros da Diretoria Executiva, individual ou coletivamente, poderão comparecer, sem direito a voto, às reuniões do Conselho Deliberativo, a convite do Presidente do Conselho.	REVOGADO	■ Exclusão para a matéria ser estabelecida em Regimento Interno do Conselho Deliberativo.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
Art. 27	Compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre as seguintes matérias:	Art. 20	Sem prejuízo das demais atribuições previstas nas disposições legais e regulamentares, compete ao Conselho Deliberativo a definição das seguintes matérias:	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
	I reforma deste Estatuto, observado o art. 43;	I	política geral de administração da Fundação e de seus planos de benefícios;	■ Inclusão da competência (inciso I do art. 13 da LC nº 108/01).
	II política de investimento e orçamento programa, até o dia 30 de novembro, bem como suas eventuais alterações, a qualquer época;	II	alteração deste Estatuto e regulamentos dos planos de benefícios, bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador, assim como alteração dos respectivos convênios de adesão;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional para contemplar além do Estatuto, a alteração dos regulamentos dos planos de benefícios e convênios de adesão, além da retirada de patrocínio (inciso II do art. 13 da LC nº 109/01).
	III planos de custeio e de aplicação do patrimônio;	III	política e gestão de investimentos, plano de aplicação de recursos e políticas de alçada e de segurança da informação;	■ Ajuste redacional.
	IV novos planos de previdência;	IV	planos de custeio dos planos de benefícios, orçamentos anuais e programas e planos plurianuais e estratégicos;	■ Ajuste redacional.
	V relatório anual e prestação de contas do exercício, após a devida apreciação do Conselho Fiscal, até o dia 30 de abril;	V	novos regulamentos de planos de benefícios;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional.
		VI	relatório anual e prestação de contas do exercício, após a devida apreciação do Conselho Fiscal, até o dia 30 de abril;	■ Renumerado o inciso. Mantida a redação atual.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
VI admissão de novas Patrocinadoras, observado o disposto neste Estatuto;	VII admissão de novas Patrocinadoras e Instituidoras;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional para incluir a figura das Instituidoras.
VII aquisição e alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre estes, edificação em terrenos de propriedade da Fundação e outros assuntos correlatos que lhe sejam submetidos;;	VIII autorização para a aquisição, construção e alienação de bens imóveis e para a constituição de ônus ou direitos reais sobre tais bens;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional.
VIII aceitação de doações com ou sem encargos;	IX aceitação de doações e legados de qualquer natureza;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional.
IX planos e programas, anuais e plurianuais, normas e critérios gerais e outros atos julgados necessários à administração da Fundação;	REVOGADO	■ Matéria inserida nos incisos I, III e IV deste artigo proposto.
X extinção da Fundação e destinação de seu patrimônio, observado o disposto nos parágrafos do art. 4º;	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria de ordem legal (art. 47 e seguintes da LC nº 109/01).
XI fixação das atribuições específicas de cada membro da Diretoria Executiva;	X organização, funcionamento e competências das Diretorias;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional.
XII contratação de auditoria independente ou avaliador de gestão;	XI contratação de auditor independente, atuário externo e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;	■ Renumerado o inciso. Ajuste redacional (inciso V do art. 13 da LC nº 108/01).
XIII aceitação de dação em pagamento.	XII aceitação de dação em pagamento;	■ Renumerado o inciso. Mantida a redação.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	XIII aprovação das demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios anuais e das contas da Diretoria Executiva, após a devida apreciação por parte do Conselho Fiscal;	■ Inclusão de competência.
	XIV realização de inspeções, auditagens, estudos, pareceres e tomadas de contas;	■ Inclusão de competência.
	XV remuneração e benefícios dos integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal vigente para cada ano civil;	■ Inclusão de competência.
	XVI política de gestão de pessoas e plano de cargos e salários dos empregados da Fundação, incluídas a criação e a extinção de empregos e funções;	■ Inclusão de competência.
	XVII autorização de investimentos e desinvestimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões de cada plano de benefícios;	■ Inclusão de competência prevista no inciso IV do art. 13 da LC nº 108/01.
	XVIII examinar, em grau de recurso, as decisões da Diretoria Executiva;	■ Inclusão de competência.
	XIX nomeação, mediante homologação, e exoneração dos integrantes da Diretoria Executiva;	■ Inclusão de competência prevista no inciso VI do art. 13 da LC nº 108/01.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	XX condições e limites para o custeio da defesa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados em processos administrativos e judiciais decorrentes de ato regular de gestão;	■ Inclusão de competência.
	XXI aprovação do Regulamento para Concessão de Empréstimos;	■ Inclusão de competência.
	XXII aprovação do Código de Conduta e Ética e do Regulamento Eleitoral;	■ Inclusão de competência.
	XXIII aprovação dos regimentos internos dos órgãos estatutários e demais instâncias de governança;	■ Inclusão de competência.
	XXIV casos omissos neste Estatuto.	■ Inclusão de competência.
	Parágrafo único As matérias constantes dos incisos II, IV (no que se refere aos planos de custeio dos planos de benefícios), V e VII precisam ser submetidas a apreciação das Patrocinadoras.	■ Inclusão de definição de matérias de competência exclusiva do Conselho Deliberativo.
Art. 28 Compete ainda ao Conselho Deliberativo:	REVOGADO	■ Exclusão por tratar de matérias já previstas no art. 20 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
I vetar fundamentadamente decisões da Diretoria Executiva, podendo submetê-las a novo exame por parte desta, bem como suspender ou revogar seus atos e decisões que, a critério da maioria dos membros do Conselho, estejam em desacordo com os objetivos e interesses da Fundação, cabendo-lhe, neste caso, baixar as instruções e recomendações que considerar necessárias;	REVOGADO	■ Matéria inserida nos incisos X e XVIII do art. 20 do Estatuto proposto.
II julgar em instância superior os recursos interpostos aos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores, sobre matéria administrativa;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XVIII do art. 20 do Estatuto proposto.
III reformular os Regulamentos dos Planos de Benefícios, por proposta da Diretoria Executiva ou de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, sujeitando-os à homologação das Patrocinadoras e à aprovação da autoridade pública competente;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso II do art. 20 do Estatuto proposto.
IV designar, mediante ato homologatório, os representantes dos Participantes e das Patrocinadoras na Diretoria Executiva, dentro de 5 (cinco) dias após sejam-lhe apresentados os nomes. Não feita a designação no prazo, esta será presumida, com os novos diretores tomando posse mediante assinatura de termo lavrado no livro de atas da Diretoria, em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XIX do art. 20 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
V destituir ou suspender os membros dos órgãos estatutários, observado o disposto no §§ 7º e 8º do art. 21;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XIX do art. 20 do Estatuto proposto.
VI autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores das reservas técnicas da Fundação;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XVII do art. 20 do Estatuto proposto.
VII deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, observadas as disposições legais e normativas vigentes;	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XXV do art. 20 do Estatuto proposto.
VIII fixar, até 30 de outubro, a remuneração, para o exercício seguinte, dos membros da Diretoria Executiva um valor que não poderá ultrapassar ao de Diretor da Patrocinadora-Instituidora Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (BESC) e levando em consideração, sempre que possível, a remuneração praticada pelas entidades congêneres de Santa Catarina, assegurada aos Diretores na condição de Participantes ativos, se for o caso, a complementação da diferença entre a remuneração percebida na forma do § 6.º do art. 22 e aquela que for estabelecida em conformidade com este inciso.	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XV do art. 20 do Estatuto proposto.
Art. 29 A iniciativa das proposições ao Conselho Deliberativo será do Diretor Superintendente, da Diretoria Executiva ou dos membros do Conselho Deliberativo, observado o inciso III do artigo anterior.	REVOGADO	■ A proposição das matérias pelas Diretoria Executiva será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto. Regimento Interno tratará da dos membros do Conselho Deliberativo.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Parágrafo Único	As proposições de iniciativa dos membros do Conselho Deliberativo, antes de constituírem objeto de deliberação, quando solicitadas, serão instruídas pela Diretoria Executiva.	REVOGADO	■ Exclusão para a matéria ser abordada em Regimento Interno do Conselho Deliberativo.
Art. 30	O Conselho Deliberativo poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas, sendo-lhe facultado confiá-las a peritos estranhos à Fundação.	REVOGADO	■ Matéria inserida no inciso XI do art. 20 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
SEÇÃO II – Da Diretoria Executiva		SEÇÃO III – Da Diretoria Executiva	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerada a seção.
Art. 31	A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da Fundação, cabendo-lhe precipuamente fazer executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele estabelecidos.	Art. 21	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional (artigo 19 da LC nº 108/01).
Art. 32	A Diretoria Executiva compor-se-á de 3 (três) membros e será assim constituída:	Art. 22	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o artigo e alterado o artigo para estabelecer a composição da Diretoria Executiva com 02 (dois) membros.
	I Diretor Superintendente;	I Diretor Superintendente;	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mantida a redação.
	II Diretor Administrativo e de Seguridade;	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão em face da redução da composição da Diretoria Executiva para 02 (dois) membros.
	III Diretor Financeiro.	II Diretor Financeiro e Administrativo.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o inciso e alterada a denominação do cargo.
§ 1º	O Diretor Financeiro será indicado pelas Patrocinadoras e os Diretores Superintendente e Administrativo e de Seguridade serão eleitos diretamente pelos participantes.	§ 1º	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional para incluir a figura dos Assistidos e referência ao critério de escolha do Diretor Financeiro e Administrativo pelas Patrocinadoras.
§ 2º	Os membros da Diretoria Executiva deverão apresentar anualmente declaração de bens, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguem ao término do exercício social, bem como por ocasião de sua posse e quando deixarem os cargos, ficando a declaração à disposição dos órgãos de fiscalização interna e externa na Secretaria Geral.	§ 2º	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ajuste redacional.
		Os membros da Diretoria Executiva deverão apresentar anualmente cópia completa da declaração de renda e bens apresentada à Receita Federal do Brasil em envelope lacrado, bem como por ocasião de sua posse e quando deixarem os cargos, ficando a declaração à disposição, exclusivamente, do Conselho Deliberativo.	

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>§ 3º A representação da Fundação, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, caberá ao Diretor Superintendente, que poderá nomear procuradores com poderes "ad judícia" e "ad negocia", prepostos ou delegados, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, especificados nos respectivos instrumentos, expressamente, os atos e operações que poderão praticar.</p>	<p>§ 3º A representação da Fundação, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, caberá ao Diretor Superintendente, que poderá nomear procuradores com poderes "ad judícia" e "ad negocia", prepostos ou delegados, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, especificados nos respectivos instrumentos, expressamente, os atos e operações que poderão praticar.</p>	<p>■ Mantida a redação.</p>
<p>§ 4º Considera-se período de mandato, para a Diretoria Executiva, o prazo que mediar entre uma eleição e outra, considerada a data de posse. O mandato do diretor indicado coincidirá com a dos demais membros, se for reconduzido, deverá tomar posse regularmente.</p>	<p>REVOGADO</p>	<p>■ Matéria será abordada no art. 9º do Estatuto proposto.</p>
<p>§ 5º Os membros da Diretoria Executiva, nas suas ausências ou impedimentos, serão representados conforme segue: o Superintendente pelo Administrativo; o Administrativo pelo Financeiro; o Financeiro pelo Administrativo.</p>	<p>REVOGADO</p>	<p>■ Matéria será abordada no art. 13 do Estatuto proposto.</p>
<p>Art. 33 À Diretoria Executiva não será lícito adquirir, gravar de qualquer ônus, hipotecar ou alienar bens patrimoniais imobilizados da Fundação, sem expressa autorização do Conselho Deliberativo.</p>	<p>REVOGADO</p>	<p>■ Matéria será abordada no inciso VIII do art. 20 do Estatuto proposto.</p>

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Art. 34	A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, exonerará os Diretores de responsabilidade, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação apurados pelo órgão fiscalizador conforme dispositivos legais que disciplinem a matéria.	REVOGADO	■ Exclusão por trata-se de matéria legal (art. 63 da LC nº 109/01).
Art. 35	A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Diretor Superintendente e suas decisões serão tomadas por maioria de votos.	Art. 23 A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente por convocação do Diretor Superintendente e suas decisões serão tomadas por maioria de votos.	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
Parágrafo Único	O Diretor Superintendente, além do voto pessoal, terá o de desempate.	Parágrafo único O Diretor Superintendente, além do voto pessoal, terá o de desempate.	■ Mantida a redação atual.
Art. 36	Compete à Diretoria Executiva apresentar ao Conselho Deliberativo para aprovação:	Art. 24 Sem prejuízo das demais atribuições previstas nas disposições legais e regulamentares, compete à Diretoria Executiva:	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
I	orçamento-programa anual, até o dia 30 de novembro, bem como suas eventuais alterações;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
II	o balanço geral e o relatório anual de atividades;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
III	os planos de custeio e de aplicação do patrimônio;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
IV	propostas sobre a aceitação de doações, aquisição, alienação de bens imóveis e a constituição de ônus ou direitos reais sobre estes;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
V	propostas de criação de novos planos de previdência;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
VI	propostas sobre a admissão de novas Patrocinadoras;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
VII	propostas sobre abertura de créditos adicionais, desde que haja recursos disponíveis;	REVOGADO	■ Exclusão em virtude da ausência de definição para créditos adicionais.
VIII	propostas sobre a reforma deste Estatuto e dos Regulamentos dos Planos de Benefícios;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
IX	a criação, transformação ou extinção de órgãos técnicos e administrativos da estrutura organizacional da Fundação;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
X	o plano de cargos e salários e o regulamento de pessoal.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
		I submeter ao Conselho Deliberativo propostas relativas às matérias de que tratam os incisos I a X, XII a XIV, XVI, XVIII, XX e XXI do art. 20;	■ Ajuste redacional ao disposto nos incisos I a VI, VIII a X do art. 36 do Estatuto vigente e incorporação de atribuições decorrentes de novas competências do Conselho Deliberativo.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	II aprovação de contratos, acordos, convênios, indicação de representantes, outorga de procuração, decisões em reuniões e assembleias e outros ajustes em nome da Fundação;	■ Ajuste redacional ao disposto no inciso II do art. 37 do Estatuto vigente.
	III fixar a lotação do pessoal da Fundação;	■ Ajuste redacional ao disposto no inciso I do art. 37 do Estatuto vigente.
	IV publicar anualmente as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios;	■ Inclusão de competência.
	V encaminhar as Patrocinadoras, de forma centralizada, as informações necessárias à supervisão e à fiscalização sistemática das atividades da Fundação relacionadas aos seus respectivos planos de benefícios, de ofício ou por requisição;	■ Inclusão de competência.
	VI encaminhar aos Conselhos Deliberativo e Fiscal relatório das suas atividades sempre que solicitado;	■ Inclusão de competência.
	VII fornecer aos Conselhos Deliberativo e Fiscal as informações e documentos que lhe forem requisitados;	■ Inclusão de competência.
	VIII realizar outras atividades administrativas e de gestão que lhe forem atribuídas pelo Conselho Deliberativo;	■ Inclusão de competência.
	IX cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, os regulamentos, o regimento interno e as deliberações do Conselho Deliberativo.	■ Inclusão de competência.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Art. 37	Compete ainda à Diretoria Executiva:	REVOGADO	■ Matéria será abordada no art. 24 do Estatuto proposto.
	I aprovar a designação dos chefes dos órgãos técnicos e administrativos da Fundação, assim como de seus agentes e representantes;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso III do art. 24 do Estatuto proposto.
	II aprovar a celebração de contratos, acordos e convênios que não importem na constituição de ônus reais sobre bens da Fundação;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso II do art. 24 do Estatuto proposto.
	III autorizar a aplicação de disponibilidades eventuais, respeitadas as condições regulamentares pertinentes;	REVOGADO	■ Exclusão dada a inexistência de definição de disponibilidades eventuais.
	IV autorizar alterações orçamentárias de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
	V orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas, baixando os atos necessários;	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.
	VI aprovar o plano de contas da Fundação e suas alterações.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no inciso I do art. 24 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
SEÇÃO III – Do Conselho Fiscal		SEÇÃO IV – Do Conselho Fiscal	Renumerada a seção.
Art. 38	O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Fundação, cabendo-lhe precipuamente zelar pela sua gestão econômico-financeira.	Art. 25	O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da Fundação.
Art. 39	O Conselho Fiscal será constituído de 4 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) titulares e seus suplentes indicados pelas Patrocinadoras e outros tantos eleitos diretamente pelos Participantes.	Art. 26	O Conselho Fiscal será composto por quatro integrantes, sendo dois representantes eleitos pelos Participantes e Assistidos e dois representantes das Patrocinadoras, indicados da seguinte forma:
		I	o primeiro representante será indicado pela Patrocinadora que atender ao disposto no inciso II do § 1º do art. 18 deste Estatuto;
		II	o segundo representante será indicado pela Patrocinadora que primeiro detiver o maior número relativo de Participantes e Assistidos imediatamente inferior ao da Patrocinadora que atender ao inciso I, consultadas as demais Patrocinadoras.
§ 1º	O Presidente do Conselho Fiscal e seu suplente serão escolhidos pelos Participantes no processo eleitoral.	§ 1º	O Presidente do Conselho Fiscal será o representante dos Participantes e Assistidos, cabendo-lhe, além do voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate.
		§ 2º	O Presidente do Conselho Fiscal será substituído nas suas ausências pelo membro titular eleito que se fizer presente na reunião, e na ausência deste, pelos respectivos suplentes.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
§ 2º	Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no parágrafo único do art. 15 do Estatuto proposto.
§ 3º	O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente para apreciar os balancetes mensais e anualmente para apreciar o balanço anual e as contas do exercício, podendo ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho Deliberativo, decidindo sempre por maioria de votos.	§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente para apreciar os balancetes mensais e anualmente para apreciar o balanço anual e as contas do exercício, podendo ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho Deliberativo, decidindo sempre por maioria de votos.	■ Renumerado o parágrafo. Mantida a redação.
		§ 4º O quórum mínimo para as reuniões do Conselho Fiscal será de 03 (três) membros. Não atingido o quórum, será realizada, imediatamente, pelo Presidente do Conselho a segunda convocação para a realização da reunião no primeiro dia útil que se seguir à data marcada, observado o quórum de 02 (dois) membros.	■ Definição de quórum mínimo e procedimento para a hipótese. Renumerado.
§ 4º	O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá também o de desempate.	REVOGADO	■ Matéria será abordada no § 1º do art. 26 do Estatuto proposto.
		§ 5º O Presidente do Conselho Fiscal poderá ampliar o prazo previsto no parágrafo anterior, desde que entre a data da reunião em primeira convocação e a data da reunião em última convocação não haja um interstício maior que 10 (dez) dias.	■ Definição de procedimento para a hipótese de inexistência de quórum mínimo. Renumerado.
Art. 40	Compete ao Conselho Fiscal:	Art. 27 Sem prejuízo das demais atribuições previstas nas disposições legais e regulamentares, compete ao Conselho Fiscal:	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
I Examinar, fiscalizar e emitir parecer sobre os atos dos administradores quanto ao fiel cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;	I examinar e elaborar relatórios mensais sobre as demonstrações contábeis da Fundação;	■ Ajuste redacional.
II examinar e opinar sobre a prestação de contas do exercício e das demonstrações financeiras do exercício social;	II examinar e emitir parecer conclusivo sobre: o relatório anual, as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios anuais da Fundação e sobre as contas da Diretoria Executiva;	■ Ajuste redacional.
III opinar sobre as propostas da Diretoria à apreciação do Conselho Deliberativo que envolvam matéria de natureza orçamentária e contábil;	III opinar sobre as propostas da Diretoria à apreciação do Conselho Deliberativo que envolvam matéria de natureza orçamentária e contábil;	■ Mantida a redação.
IV Examinar, mensalmente, emitindo o correspondente parecer, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria e órgãos de controle interno e externo;	IV examinar, mensalmente, emitindo o correspondente parecer, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria e órgãos de controle interno e externo;	■ Mantida a redação.
V examinar os livros e documentos da administração;	V examinar os livros e documentos da administração;	■ Mantida a redação.
VI acusar a ocorrência de irregularidades encontradas, sugerindo medidas saneadoras, à Diretoria Executiva ou ao Conselho Deliberativo, conforme o caso.	VI informar ao Conselho Deliberativo eventuais irregularidades apuradas, recomendando, se cabível, medidas saneadoras com os respectivos prazos;	■ Ajuste redacional.
VII emitir, semestralmente, relatórios de controle interno, com as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimento e à execução orçamentária.	VII emitir, semestralmente, relatórios de controle interno, com as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimento e à execução orçamentária;	■ Mantida a redação.

e

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	VIII acompanhar a aplicação e assegurar o cumprimento do Código de Conduta e Ética.	■ Inclusão de competência.
Parágrafo Único O Conselho Fiscal poderá, a qualquer tempo, requisitar ao Conselho Deliberativo, em pedido formal devidamente fundamentado, assessoramento técnico especializado externo nas áreas econômica, financeira, contábil, atuarial ou de auditoria, sem prejuízo das auditorias e dos controles internos e externos de caráter obrigatório.	Parágrafo único O Conselho Fiscal poderá, sempre que julgar necessário, solicitar ao Conselho Deliberativo a contratação de inspeções, auditagens, estudos, pareceres e tomadas de contas que sejam necessários ao cumprimento de suas funções.	■ Ajuste redacional.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
VII – Do Pessoal	V – Do Pessoal	■ Renumerado o capítulo.
Art. 41 Os empregados da Fundação estarão sujeitos à legislação trabalhista, com tabelas de remuneração aprovadas pelo Conselho Deliberativo.	Art. 28 A contratação de pessoal pela Fundação será realizada em conformidade com a política de gestão de pessoas e o plano de cargos e salários aprovados pelo Conselho Deliberativo.	■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
Art. 42 A Fundação adotará política de pessoal compatível com as necessidades de sua estrutura organizacional, podendo contar, para o seu funcionamento, com os integrantes de seu quadro próprio, os quais serão admitidos mediante processo seletivo, bem como com empregados das patrocinadoras.	REVOGADO	■ Matéria prevista no inciso XVI do art. 20 do Estatuto.
Parágrafo único As regras e normas do processo seletivo constarão do regulamento de pessoal, o qual fixará também seus direitos e deveres.	REVOGADO	■ Matéria prevista no inciso XVI do art. 20 do Estatuto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
VIII – Das Alterações do Estatuto		VI – Das Alterações do Estatuto	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o capítulo. ■ Determinação da PREVIC por meio do Ofício nº 3161/CGIG/DITEC/PREVIC
Art. 43	Este Estatuto só poderá ser alterado por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo, sujeito à homologação do representante legal de cada uma das Patrocinadoras, e à aprovação da autoridade pública competente.	REVOGADO	
Art. 44	As alterações do Estatuto da Fundação, salvo por imposição legal, não poderão:	Art. 29	As alterações do Estatuto da Fundação, salvo por imposição legal, não poderão contrariar os objetivos referidos no art. 1º.
	I contrariar os objetivos referidos no art. 1º;	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Renumerado o artigo. Ajuste redacional.
	II reduzir benefícios já iniciados;	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Matéria inserida no <i>caput</i>. ■ Exclusão por tratar-se de matéria afeta aos planos de benefícios (§ 2º do art. 2º da Resolução CGPC nº 08/2004).
	III prejudicar direitos de qualquer natureza, adquiridos pelos Participantes assistidos e dependentes.	REVOGADO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exclusão por tratar-se de matéria afeta aos planos de benefícios (§ 2º do art. 2º da Resolução CGPC nº 08/2004).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
IX – Dos Recursos		IX – Dos Recursos	
Art. 45	Caberá a interposição de recursos dentro de 30 (trinta) dias contados da ciência oficial, com efeito suspensivo sempre que houver risco imediato de consequências graves para a Fundação ou para o recorrente:	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria abordada no inciso XVIII do art. 20 do Estatuto proposto.
	I para o Diretor Superintendente, dos atos dos prepostos ou empregados;	REVOGADO	■ Exclusão por inexistir decisão de prepostos ou empregados passível de recurso.
	II para o Conselho Deliberativo, dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores da Fundação.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria abordada no inciso XVIII do art. 20 do Estatuto proposto.

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
X – Das Disposições Gerais		VII – Das Disposições Transitórias e Vigência	Renumerado o capítulo e ajustada a denominação do Capítulo.
Art. 46	A renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processe parcialmente a cada dois anos.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (art. 17 da LC nº 108/01).
		Art. 30	As Patrocinadoras poderão, excepcionalmente, estender o mandato dos atuais integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal indicados, para compatibilizar com os mandatos dos membros eleitos, preservando a alternância bianual.
		Art. 31	É preservado o mandato e atribuições do atual Diretor Administrativo e de Seguridade da Fundação.
§ 1º	Na primeira investidura dos Conselhos, os seus membros terão mandato com prazo diferenciado.	REVOGADO	■ Inclusão para preservar mandato e atribuições do Diretor Administrativo e de Seguridade com mandato vigente.
§ 2º	O Conselho Deliberativo deverá renovar três de seus membros e respectivos suplentes a cada dois anos e o Conselho Fiscal dois membros e respectivos suplentes com a mesma periodicidade, observada a regra de transição estabelecida no parágrafo anterior.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria legal (§ 1º do art. 17 da LC nº 108/01).
Art. 47	Os benefícios pagos com atraso serão calculados na forma dos Regulamentos dos respectivos Planos.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria afeta aos planos de benefícios (§ 2º do art. 2º da Resolução CGPC nº 08/2004).

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Art. 48 Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade das prestações, a Fundação manterá serviços de inspeção, destinados a investigar a preservação de tais condições.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria afeta aos planos de benefícios (§ 2º do art. 2º da Resolução CGPC nº 08/2004).
Art. 49 A Fundação poderá manter a prestação de serviços assistenciais, observada a legislação vigente.	REVOGADO	■ Exclusão em face de vedação legal (parágrafo único do art. 32 da LC nº 109/01).
Art. 50 É de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora qualquer complemento de auxílio-doença percebido pelos Participantes.	REVOGADO	■ Exclusão por tratar-se de matéria afeta aos planos de benefícios (§ 2º do art. 2º da Resolução CGPC nº 08/2004).
Art. 51 Complementam as disposições deste Estatuto, os Regulamentos dos Planos de Benefícios e demais atos regulamentares e regimentos baixados pelos órgãos administrativos competentes.	REVOGADO	■ Exclusão porquanto as normas estatutárias exigem aprovam expressa das Patrocinadoras e PREVIC.
Art. 52 É vedada a contratação de seguro para cobertura de responsabilidade civil, penal ou administrativa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados ou ex-empregados da Fundação, seja por contratação direta ou por meio da patrocinadora, cujo prêmio implique qualquer ônus financeiro, direto ou indireto, para a Fundação ou para os planos de benefícios por ela operados.	REVOGADO	■ Matéria de ordem legal (art. 22 da Resolução CGPC nº 13/2004).

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA		JUSTIFICATIVA
Art. 53	Este Estatuto entrará em vigor na data da aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social.	Art. 32	Este Estatuto entrará em vigor na data da aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.	■ Renumerado o artigo e promovida alteração para substituição da extinta SPC pela PREVIC.